

CMG JULIO CESAR MARROCOS PEDRETI

**A GEOPOLÍTICA DE AFIRMAÇÃO NACIONAL E INTEGRAÇÃO REGIONAL
E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA**

Rio de Janeiro

**Marinha do Brasil
Escola de Guerra Naval**

2007

CMG Julio Cesar Marrocos Pedreti

**A GEOPOLÍTICA DE AFIRMAÇÃO NACIONAL E INTEGRAÇÃO REGIONAL
E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA**

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval como requisito de conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM 2007).

Orientador: CMG (RM1 - CA) Francisco Eduardo Alves de Almeida

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2007

RESUMO

A valorização dos estudos geopolíticos, observada em âmbito mundial após o fim da Guerra-Fria, tem contribuído para que a geopolítica brasileira, em um contexto sul-americano, ganhe destaque na pauta de assuntos do governo brasileiro. Esta monografia toma inicialmente como referência analítica as teorias geopolíticas clássicas e posteriormente os elementos da nova geopolítica – A Geopolítica da Atualidade – para, por intermédio do exame do pensamento dos principais integrantes da Escola Geopolítica Brasileira e seus sucessores e, ainda, pela análise da política externa brasileira, levada a efeito desde a Independência do Brasil, identificar a importância da geopolítica do Brasil em relação à América do Sul. Nesse sentido, são analisados, ainda, os elementos principais da “geopolítica de afirmação nacional” e da “geopolítica da integração regional”. As considerações finais apontam possíveis ações governamentais a serem adotadas no sentido de fortalecer e tornar a política externa brasileira ativa e altiva, integradora e compatível com a estatura estratégica e os interesses do País na América do Sul.

Palavras-chave: Geopolítica brasileira; integração regional; política externa brasileira.

ABSTRACT

The important growth of geopolitics studies, observed in the world after the end of the Cold War, has been contributing for the Brazilian geopolitics in the South America context in order to acquire prominence in the Brazilian government's agenda. This monograph discusses initially as an analytic reference the classical geopolitic theories and afterwards on the elements of the new geopolitics so called – the modern geopolitics – for, by means of the exam of the thought of the main intellectuals of the Brazilian Geopolitics School, and their successors, and still by the analysis of the Brazilian external politics, that has been carried out since the Independence of Brazil, to identify, in a descriptive way, the importance of the Brazilian geopolitics concerning to South America. In that sense, the main elements of the "national self affirmation geopolitics" and "regional integration geopolitics" are also analyzed. The final considerations indicate possible government actions that will be executed to strength and to transform the Brazilian foreign policy into an active and proud, promoter of integration and compatible with the strategic stature and the interests of Brazil in South America.

Key-Words: Brazilian geopolitics; regional integration; Brazilian external politics.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	GEOPOLÍTICA	7
2.1	Raízes da Geopolítica	7
2.2	Teorias Geopolíticas	11
2.2.1	Teoria do Poder Marítimo	11
2.2.2	Teoria do Poder Terrestre	13
2.2.3	Teoria do Poder Aéreo	14
2.3	Geopolítica da Atualidade	16
2.4	Considerações Parciais	17
3	GEOPOLÍTICA BRASILEIRA	18
3.1	Pensamento Geopolítico Brasileiro	20
3.2	Geopolítica da Afirmação Nacional	25
3.3	Geopolítica da Integração Regional	27
3.4	Considerações Parciais	29
4	POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	31
4.1	Da Independência à Proclamação da República	31
4.2	Da Proclamação da República à Revolução de 1930.....	33
4.3	Da Revolução de 1930 à Globalização	35
4.4	Considerações Parciais	39
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
	REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

Sendo o Brasil um país com grande extensão territorial, alto índice populacional e com expressivo Produto Interno Bruto (PIB), desnecessário seria ressaltar a relevância da geopolítica, com a natural tendência de expandir sua influência nos países do continente sul-americano e a sua importância no desenvolvimento da região com um todo. Tal importância tem induzido os presidentes da República Federativa do Brasil a inserir na pauta da política externa a necessidade, entre outras, do desenvolvimento de ações que visem à integração dos países da América do Sul.

Em razão da citada relevância geopolítica, é dever do governo federal, efetivamente, empreender políticas de Estado ativas e altivas que, por meio da integração regional, consolidem o desenvolvimento do País, o seu prestígio internacional e contribua, também, com o desenvolvimento da região.

O propósito deste trabalho é identificar os fundamentos teóricos que evidenciam a importância da geopolítica do Brasil em relação à América do Sul e que influenciam na sua política externa. Identificar, também, as principais tendências das políticas levadas a efeito pela diplomacia brasileira, desde a independência do País. Identificar, ainda, ações que o governo federal pode empreender no sentido de fortalecer e tornar a Política de Estado do País ativa e altiva, integradora e compatível com a estatura estratégica e os interesses do País na América do Sul.

Inicialmente, apresenta-se a gênese da geopolítica e os estudiosos considerados como seus precursores. Em seguida, aborda-se o arcabouço conceitual e analítico das teorias geopolíticas do Poder Marítimo, do Poder Terrestre e do Poder Aéreo, consideradas como as teorias da geopolítica clássica. Na seqüência, em razão do surgimento da nova ordem mundial, mencionam-se as novas questões geopolíticas, seguidas de algumas considerações parciais.

Posteriormente, abordam-se algumas considerações sobre a geopolítica brasileira, enfatizando os principais fatores de elevado valor na análise geopolítica dos Estados e, no caso do Brasil, caracterizados pela grandeza de suas dimensões. Feito isto, é apresentado o pensamento geopolítico brasileiro difundido por estudiosos consagrados formadores da Escola Geopolítica Brasileira (EGB). Em prosseguimento, analisa-se a geopolítica brasileira voltada para as políticas governamentais no âmbito interno, titulada de “geopolítica da afirmação

nacional”, e a geopolítica voltada para a América do Sul, denominada de “geopolítica da integração regional”, e faz-se algumas considerações parciais.

Na próxima etapa, uma retrospectiva e análise de três fases da política externa brasileira – da Independência à proclamação da República; da proclamação da República à Revolução de 1930 e da Revolução de 1930 à Globalização –, seguida de algumas considerações parciais.

Na etapa final, são apresentadas a síntese das conclusões do estudo denominadas de considerações finais, as possíveis ações governamentais a serem adotadas no sentido de fortalecer e tornar a política externa brasileira ativa e altiva, integradora e compatível com a estatura estratégica e os interesses do País na América do Sul.

2 GEOPOLÍTICA

A existência de vasta literatura, na qual renomados estudiosos conceituam o que vem a ser geopolítica, não inibe a que se arrisque a tecer algumas considerações conceituais. Acredita-se que a geopolítica é o meio pelo qual os Estados-Nação, considerados, entre outros, como o mais importante ator das Relações Internacionais, exercem sua influência um sobre os outros na busca dos interesses nacionais. A ação geopolítica de um Estado tem como objetivo promover e garantir os interesses do seu povo, buscando o controle e/ou acesso aos fatores geográficos e recursos básicos que condicionam as vidas dos indivíduos e da coletividade nacional. A garantia desses interesses pode se dar na forma de cooperação ou por meio de uma ação belicosa entre países. Mecanismos como força militar, comércio, sanção ou ajuda econômicas, protecionismo, Organizações Não-Governamentais (ONG), mídia etc, vez por outra ou quase sempre, estão sendo usados por um Estado-Nação para impor sua influência sobre outro.

Uma forma de compreender a geopolítica brasileira e sua influência na América do Sul é observar os fatos, as ações políticas e econômicas empreendidas no passado e no presente, elementos valiosos que facilitam a análise da situação do País na atualidade e permitem antever quais são as principais ações a serem desenvolvidas no campo da política externa.

Para melhor se compreender alguns aspectos teóricos acerca do que vem a ser geopolítica e, especialmente, a geopolítica brasileira no contexto sul-americano, julga-se importante trazer à memória as raízes da geopolítica e fazer uma breve reflexão acerca dos pensamentos e das principais teorias formuladas por alguns dos mais preeminentes estudiosos do assunto.

2.1 Raízes da Geopolítica

Desde a Antigüidade, diversos soberanos como Dário I, da Pérsia, e Alexandre Magno, da Macedônia, ao estruturarem seus impérios, dedicaram-se ao estudo da geografia local, com enfoque no conhecimento do meio, como elemento fundamental para atingir seus propósitos (TOSTA, 1984, p. 1).

No passado, geógrafos e filósofos gregos já inseriam em seus trabalhos diversas idéias que no futuro seriam tituladas como idéias geopolíticas. Aristóteles (384 a 322 a.C.)

observava a estreita dependência da ciência política com a geografia. Ele considerava o Estado como a instituição suprema que deveria promover o bem-estar humano; afirmava, também, que o homem, por natureza, era um animal político e que o Estado não era um produto artificial das ambições de poucos ou desejos de muitos. Ainda, sustentava que o Estado tinha raízes nos instintos do próprio homem e que a vida civilizada era impossível fora de seus limites (TOSTA, 1984, p. 1).

A partir do Renascimento, passou-se a estudar as relações existentes entre o meio e o homem. Em 7 de junho de 1494, o Papa Alexandre VI assinou o Tratado de Tordesilhas¹, considerado, posteriormente, como sendo a obra geopolítica de dimensão global até então realizada, onde era notável que os interesses do governo português se prendiam a um território-base na América do Sul. Tal notoriedade era reforçada pelo entendimento de que se o objetivo fosse unicamente o caminho marítimo para as Índias, bastavam as Bulas Inter Coetera assinadas em 3 e 4 de maio de 1493 (TOSTA, 1984, p. 4).

Em 1748, Charles-Louis de Secondat, o Barão de Montesquieu, ao publicar aquela que seria a sua grande obra – O Espírito das Leis –, teve como preocupação ultrapassar as posições dos filósofos que apresentavam as suas teorias de forma abstrata, sem considerar as determinantes espaço e tempo, abordando a influência da geografia nas transformações políticas e conduta humana e possibilitando aos políticos e historiadores uma nova visão de muitos acontecimentos políticos.

No final do século XIX, iniciaram-se os estudos acerca da influência de determinados fatores geográficos no desenvolvimento, na estrutura e no destino das nações. A partir de 1880 iniciou-se a divulgação das obras de Friedrich Ratzel², considerado o grande precursor da expressão geopolítica, embora nunca a tivesse empregado, baseando-se na decisiva influência exercida por dois fatores geográficos, a saber: o espaço e a posição.

Foi nessa época que diversos estudiosos produziram verdadeiros clássicos da geopolítica, até hoje consultados como referências da política mundial, tais como o Almirante norte-americano Alfred Thayer Mahan, autor da obra “A Influência do Poder Naval na História” que deu origem à teoria do Poder Marítimo.

Em 1899, durante uma preleção universitária, o cientista político sueco Johan Rudolf Kjellén proferiu pela primeira vez o termo geopolítica, tendo como fonte de inspiração a obra “Geografia Política”, de Friedrich Ratzel (WIKIPÉDIA, 2007b). Este neologismo –

¹ Aprovado em 24 de janeiro de 1506, pela Santa Sé durante o pontificado do Papa Júlio II (WIKIPÉDIA, 2007a).

² Nascido em 30 de agosto de 1844, na cidade alemã de Karlsruhe, diplomado em filosofia pela Universidade de Heidelberg, viveu até o ano de 1904 (TOSTA, 1984, p. 7).

geopolítica – era capaz de exprimir idéias até então cobertas por outras menos sintéticas e até prolixas.

Em 1904, o geógrafo inglês Halford John Mackinder³, autor da obra “O Pivô Geográfico da História”, deu origem à teoria do Poder Terrestre, valendo-se para seus estudos e explanações de conceitos que se encaixavam nitidamente no contexto dos temas geopolíticos mundiais.

Reconhecida a autenticidade científica da geopolítica, os alemães acabaram por aceitar o novo vocábulo e, já no início do século XX, o seu uso passou a ser freqüente e entendido em seu sentido real. Assim, surgiram diversas obras abordando o novo termo, havendo significativos progressos nos estudos das ciências sociais e da ciência geográfica. Na França, foram publicadas diversas obras de Vidal de La Blache, Jean Brunhes e Camille Vallaux, todos teóricos, tendentes a considerar o fator geográfico menos ponderável que o fator político. Assim, a geopolítica passou a se desvincular da área das ciências geográficas e vir a ocupar o seu lugar como um dos ramos da ciência política (MEIRA MATTOS, 2002, p. 19).

No Brasil, os estudos sobre geopolítica tiveram sua origem em 1926, quando Everardo Backheuser escreveu sobre a estrutura política do País e publicou diversas obras abordando explicitamente a nova expressão – geopolítica –, passando a ser considerado como o precursor dos estudos geopolíticos brasileiros. Cabe ressaltar que Everardo Backheuser defendia a tese de que a população deveria ocupar, de forma uniforme, os territórios ocidentais do Brasil e a transferir a capital federal para o interior do País.

Neste contexto, o governo brasileiro desenvolveu uma política de fronteiras fortemente influenciada pelo pensamento de Backheuser, criando territórios federais e desmembrando Estados de grandes dimensões e fraco povoamento.

Em 1933, o então Capitão do Exército Brasileiro (EB) Mário Travassos publicou o livro “Projeção Continental do Brasil”, no qual foram feitas reflexões sobre o ambiente político interno do Brasil, especialmente acerca das conseqüências da Revolução de 1930. Travassos, também, preconizou que os poderes públicos deveriam adotar uma estratégia de interiorização política, econômica e demográfica, em associação ao incremento do papel de relevo dos portos marítimos e das ferrovias como elementos de integração continental (FREITAS, 2004, p. 17).

Vale salientar que foi de sua autoria a idéia da construção de uma rede ferroviária

³ Nascido em 1861, na cidade de Gainsborough, na Inglaterra, foi nomeado Cavaleiro, e, posteriormente, presidente da Imperial Shipping Committee. Presidiu também a Imperial Economic Committee e desempenhou, até 1922, as funções de membro do Parlamento, vivendo até 1947 (WIKIPÉDIA, 2007c).

capaz de conduzir os produtos oriundos da região central do continente sul-americano para os portos de Paranaguá, Porto Alegre, Rio Grande, Santos e São Francisco do Sul.

Considerado por alguns estudiosos como “autoridade máxima em Geopolítica na América do Sul”, o General-de-Divisão Carlos de Meira Mattos foi um dos, senão o principal, colaboradores do modelo que considerava indissociáveis a política do Estado e sua geografia. Produziu diversas obras de grande importância geopolítica, podendo-se citar a “Projeção Mundial do Brasil”, publicada em 1960 (FREITAS, 2004, p. 64).

Em 1961, o então Coronel Golbery do Couto e Silva, ao solicitar transferência para a reserva, iniciou um novo ciclo de sua vida, ingressando, definitivamente, no cenário geopolítico brasileiro. Diversos autores consideraram que Golbery exerceu forte influência na política praticada pelos sucessivos governos militares⁴. Pode-se dizer que o esforço governamental de incorporação dos imensos espaços geográficos brasileiros à economia nacional, teve no General Golbery uma contribuição valiosa.

Nascida na cidade do Rio de Janeiro, Therezinha de Castro⁵, ao passar a integrar o Conselho Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exerceu influência significativa na orientação dos estudos no campo da geopolítica. Entre as suas principais obras, destacam-se: “Rumo à Antártica” (1976); “O Brasil no Mundo Atual: Posicionamento e Diretrizes” (1982); “José Bonifácio e a Unidade Nacional” (1984) e “Amazônia – Geopolítica do Confronto e Geoestratégia da Integração” (1995) (FREITAS, 2004, p. 87).

Após apresentada uma breve história da geopolítica e comentados alguns pontos de vista dos seus principais estudiosos, serão abordadas, em complemento, as teorias geopolíticas clássicas.

2.2 Teorias Geopolíticas

Com o propósito de tornar o presente trabalho mais conciso, serão abordadas

⁴ Propôs a construção de uma rede de estradas estratégicas para o surgimento de pólos de desenvolvimento no interior; o aproveitamento dos recursos hídricos do País mediante a construção de enormes centrais hidroelétricas, assim como o incentivo à navegação interior; a criação de portos profundos como terminais de corredores de exportação provindos da Bolívia e do Paraguai.

⁵ Therezinha de Castro (1930-2000) graduou-se em História e Geografia pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Em razão de ter sido uma entusiasta dos assuntos relacionados com a geografia política do País, acabou por especializar-se em geopolítica brasileira.

apenas as três principais teorias da geopolítica clássica – a Teoria do Poder Marítimo, a Teoria do Poder Terrestre e a Teoria do Poder Aéreo –, elaboradas em um contexto no qual estavam sempre presentes as questões relativas à força militar e ao conflito armado, e a chamada “geopolítica da atualidade”, que contempla novos fatores e elementos que influenciam o relacionamento entre Estados.

2.2.1 Teoria do Poder Marítimo

Alfred Thayer Mahan, nascido em West Point, New York, em 1840 e graduado na Academia Naval de Anápolis, mostrou-se um dedicado estudioso da história das civilizações, possuindo, especificamente, grande interesse pelos assuntos relativos ao comércio e negócios navais, área de estudo em que se tornou autoridade (TOSTA, 1984, p. 36).

Impressionado com a expansão do Império Britânico, pôde Mahan acompanhar os grandes acontecimentos da época vitoriana, que contribuíram para o seu estabelecimento, e realizar diversas pesquisas históricas, nas quais fundamentou a Teoria do Poder Marítimo. Em seus estudos, Mahan verificou que foi graças à posse de algumas posições geográficas estratégicas que a Grã-Bretanha viu-se estimulada a conquistar um império de proporções gigantescas⁶.

Em 1890, Mahan ao publicar o pioneiro e relevante trabalho sobre o Poder Marítimo (*A Influência do Poder Marítimo sobre a História*), mostrando a influência decisiva do mar na história, tornou-se reconhecido na Europa como autoridade no assunto. Mahan formulara idéias que nunca tinham sido expostas tão claramente. Não que fosse ele tão original no seu modo de pensar, mas, sim, porque, até então, ninguém conseguira assinalar os fatos tão bem como ele ou prová-los com tal sabedoria. Todos que ocupavam posição de importância passaram a ler seus trabalhos (TOSTA, 1984, p. 37).

Para melhor exemplificar, pode-se citar o fato de que alguns dos capítulos da obra de Mahan eram tão conhecidos na Marinha alemã quanto os próprios regulamentos. Na Alemanha, o Imperador Guilherme II, entusiasmado com as idéias de Mahan, proclamou: “Nosso futuro está no mar. O tridente deve estar em nosso punho!” (TOSTA, 1984, p. 37). As obras de Mahan fizeram, também, grande sucesso no Japão e tornaram-se leitura obrigatória dos oficiais da Marinha japonesa.

⁶ Em 1876, a Grã-Bretanha transformou a Índia em colônia; em 1878, o Afeganistão passou a ser protetorado britânico; ano após ano a Grã-Bretanha continuou firme no seu avanço ocupando a Birmânia e fazendo com que o Egito deixasse o canal de Suez na área de influência inglesa; acompanhou a conquista da África do Sul e a criação dos domínios do Canadá e da Austrália e a possessão da Nova Zelândia (TOSTA, 1984, p. 36).

É importante salientar que o citado prestígio internacional adquirido por Mahan favoreceu-o no processo de convencimento do povo norte-americano acerca dos malefícios de os EUA possuírem uma Marinha Mercante insignificante e uma Armada pequena e desestruturada.

Fundamentado no princípio de que as Nações poderiam crescer ou entrar em decadência, mas nunca permanecerem estáticas, Mahan mostrou que o Poder Marítimo tinha grande importância no destino das nações e afirmava que era indispensável ao seu desenvolvimento, prosperidade e segurança. Para ele os bens herdados ou adquiridos exigiam proteção que só podia ser proporcionada por uma forte Armada, apoiada em bases estrategicamente situadas. Disse ele que: “Enquanto uma Marinha poderosa é necessária para garantir a segurança da navegação de um país, uma Marinha Mercante próspera é, ao mesmo tempo, a espinha dorsal do seu Poder Marítimo.” (TOSTA, 1984, p. 39).

Para Mahan, “o Poder Marítimo não é sinônimo de Poder Naval, pois não compreende apenas o potencial militar que, navegando, domina o oceano ou parte dele pela força das armas, mas, também, o comércio e a navegação pacífica que, de um modo vigoroso e natural, deram nascimento à Esquadra e, graças a ela, repousam em segurança” (TOSTA, 1984, p. 39).

Mahan declarou que, “para quem possui potencial militar, um dos requisitos necessários à consecução da vitória é o domínio dos mares. Este garante, na paz e na guerra, a continuidade do comércio marítimo e as trocas de produtos manufaturados por matérias-primas, estabelecendo uma estreita interdependência entre o comércio exterior e a Marinha de Guerra” (TOSTA, 1984, p. 40).

Em razão do apresentado, pode-se afirmar que o fundamento central da teoria de Mahan reside no entendimento de que o pleno controle das rotas marítimas de comércio contribui fortemente para que um país possa tornar-se poderoso, e a eficiência de sua Marinha de Guerra, instrumento fundamental para o aludido controle, dependerá das suas bases e dos portos de apoio.

As idéias de Mahan tiveram influência direta na política externa dos Estados Unidos da América (EUA) e contribuíram para a conquista dos arquipélagos do Havaí e das Filipinas, juntamente com o controle do Canal do Panamá, assegurando assim ao Poder Marítimo americano uma situação preponderante no Oceano Pacífico.

2.2.2 Teoria do Poder Terrestre

Oriundo da cidade inglesa de Gainsborough, Halford John Mackinder, ao longo de sua vida, atuou de forma marcante junto aos grandes centros acadêmicos, fazendo com que seu nome ficasse fortemente ligado à história da educação.

Eminente geógrafo, Mackinder foi renomado conferencista da Universidade de Oxford. Na Universidade de Londres, lecionou geografia por mais de duas décadas e na Escola de Economia e Ciências Políticas de Londres exerceu o cargo de Diretor. Habitado a buscar nos mapas explicação para os acontecimentos políticos internacionais, Mackinder nem sempre tinha suas concepções geográficas bem recebidas. Para muitos, sua geografia entremeada de conceitos estratégicos e táticos, não era considerada própria a trabalhos acadêmicos (TOSTA, 1984, p. 48).

Para Mackinder, os acontecimentos físicos, econômicos, históricos e políticos que se processam no mundo apresentam uma forte interdependência. Dessa forma, cada acontecimento, positivo ou negativo, pode repercutir em regiões geográficas diametralmente opostas e delas pode voltar aos pontos de origem. Era, também, seu entendimento que cada época tem sua própria perspectiva geográfica e, assim sendo, pressentia que o Poder Marítimo britânico talvez estivesse com seus dias contados e viesse a ser suplantado pelo Poder Terrestre de futuras potências mundiais.

Sua teoria sobre o “pivô geográfico da história” fundamentava-se numa apreciação global do mundo, na qual observava que as águas constituíam 9/12 do nosso planeta e as terras emersas os restantes 3/12. À parcela de 2/12 do conjunto formado pelas terras emersas constituídas pela Europa, Ásia e África, Mackinder denominou de Ilha do Mundo ou Mundial. As terras restantes emersas, formadas pela América e pela Austrália, foram denominadas por ele de Ilhas do Exterior (TOSTA, 1984, p. 49). O eixo do “pivô geográfico” da História se encontrava, portanto, sobre a vasta região da Eurásia, inacessível aos navios, mas aberta, na Antigüidade, aos cavaleiros nômades e que, hoje, se acha em condições de ser coberta por vias férreas. Essa região possuiu, ainda, as condições de mobilidade essenciais ao desenvolvimento de uma potência econômica e militar (TOSTA, 1984, p. 51).

Mackinder considerava a Rússia como o aludido “pivô do Mundo”, uma vez que aquele país representava a força ameaçadora no leste europeu. Por vezes a Rússia era, também, chamada de “Heartland”⁷.

As idéias geoestratégicas de Mackinder estão resumidas nas seguintes afirmações de sua autoria, feitas durante os trabalhos da Conferência de Paz, em 1919:

⁷ A expressão foi, também, interpretada como “Coração Continental” ou “Coração da Terra” ou “País Central”.

“Enquanto os nossos estadistas estão em conversação com o inimigo derrotado, algum querubim alado deveria sussurrar-lhes de tempos a tempos: Quem dominar a Europa Oriental controlará o coração continental; Quem dominar o coração continental controlará a ilha mundial; Quem dominar a ilha mundial controlará o mundo.” (TOSTA, 1984, p. 53).

Em 1947, Mackinder desenvolveu e publicou um trabalho que tinha como propósito reexaminar o conceito de “Heartland”. Ao atualizar suas idéias e rever o conceito, Mackinder, referindo-se à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), observou:

As vastas potencialidades do Heartland estão estrategicamente bem localizadas. As indústrias estão crescendo rapidamente nos Urais sulinos – no verdadeiro núcleo da área eixo – e na bacia carbonífera do Kuznetz. Em 1938, a Rússia produziu, mais do que outro qualquer país, os seguintes produtos essenciais: trigo, cevada, aveia, centeio e açúcar de beterraba. Produziu mais manganês que qualquer outro país. [...] Excetuando-se poucos gêneros, o país é capaz de produzir tudo o de (sic) que necessita. [...] O Heartland é a maior fortaleza natural da Terra. Pela primeira vez na história está guarnecido por uma força suficiente tanto em número quanto em qualidade. Não hesito em afirmar que o meu conceito de Heartland é mais válido e útil hoje do que fora há vinte ou quarenta anos atrás (TOSTA, 1984, p. 55).

2.2.3 Teoria do Poder Aéreo

Em 1894, nasceu em Tiflis, na Rússia, Alexander P. Seversky. Em 1915, lutou como aviador contra os alemães, vindo a perder uma das pernas em combate. Malgrado a deficiência física adquirida, com uma permissão especial dada pelo Czar, voltou ao serviço ativo, e, tornando-se chefe da aviação naval russa que operava no Báltico, cumpriu cinquenta e sete missões de combate, derrubando cerca de dez aviões alemães (TOSTA, 1984, p. 93).

Ao término da Revolução Comunista, Seversky foi para os Estados Unidos onde atuou como membro da Missão Naval russa. Ao chegar naquele país, ofereceu-se para atuar como piloto de combate. Entretanto, o Departamento de Guerra dos Estados Unidos, considerando mais importante sua experiência como engenheiro e construtor, aproveitou-o como engenheiro consultor e piloto de provas (TOSTA, 1984, p. 94).

Após desenvolver diversos e bem-sucedidos estudos e experiências sobre tática e estratégia aéreas, Seversky tornou-se autoridade mundialmente conhecida nesta área do conhecimento. Sua tese sobre o Poder Aéreo foi efusivamente aceita em diversas instituições

de alto nível⁸. Mais tarde, naturalizou-se cidadão norte-americano.

A fabricação dos aviões B-36, pelos EUA, logo após a Segunda Guerra Mundial, veio a revolucionar as idéias e os planos estratégicos militares em vigor. Em razão da capacidade do B-36 em operar com um raio de ação longo,⁹ surgiu a necessidade de se rever os conceitos de defesa nacional e estratégia militar. Dessa forma, o Poder Aéreo estratégico de longo alcance tornou real a possibilidade de uma guerra transoceânica.

Seversky alterou, ainda, o conceito de defesa do hemisfério ocidental, cujo principal eixo passou a ser norte-sul ao invés de leste-oeste. Dessa forma, caso viesse a ser deflagrado um novo conflito armado de amplitude mundial, o hemisfério americano seria estrategicamente dividido em três faixas: a primeira, compreendida por Alasca, Canadá e Terra Nova, seria a faixa de desenvolvimento das operações, partindo da qual a Força Aérea Estratégica dos EUA levaria a guerra ao coração do inimigo; a segunda, compreendendo o território dos EUA, seria a faixa industrial que produziria os meios para se fazer a guerra; e a terceira, compreendendo toda a América do Sul e Central, seria a faixa de suprimentos, reservatório vital de alimentos e materiais estratégicos (TOSTA, 1984, p. 99).

Sem obstar a existência de enormes riquezas no território dos EUA, Seversky reconhecendo que aquele país dependia da importação de numerosos materiais estratégicos, afirmou que matérias-chaves como cobalto (utilizadas na fabricação das turbinas de gás dos aviões), cromo (produção de aços finos), tungstênio, manganês etc, poderiam ser encontradas na América do Sul.

Ao fim e ao cabo, verifica-se que a Teoria de Seversky está baseada na capacidade do Poder Aéreo de uma Nação, na condição de um dos elementos integrantes da política nacional, exercer o controle do espaço aéreo sob o qual forças amigas de superfície estejam operando na defesa dos seus interesses. Portanto, o controle do ar tornar-se-á um ponto crucial da guerra.

2.3 Geopolítica da Atualidade

As transformações ocorridas no cenário mundial, a partir da extinção da URSS fizeram surgir uma nova ordem mundial baseada no fim da ideologia socialista e na constituição de um novo entendimento das relações entre os Estados.

⁸ Citam-se a Universidade do Ar de Montgomery, a Escola de Estado-Maior das Forças Armadas de Norfolk, a Escola de Informações Estratégicas de Washington, a Escola de Defesa Nacional do Canadá e a Real Escola Canadense de Estado-Maior do Ar.

⁹ A aeronave B-36 tinha a capacidade de operar num raio de ação de 5.000 milhas.

As teorias geopolíticas clássicas haviam sido elaboradas em um contexto no qual estavam sempre presentes as questões relativas à força militar e ao conflito armado. Com a mudança do cenário mundial, surgiram novos fatores e elementos que influenciaram o relacionamento entre Estados, motivando estudiosos, em número crescente, a se debruçarem sobre novos estudos, apresentando, portanto, novas teorias.

Vale afirmar que as antigas questões da guerra não foram, completamente, eliminadas, mas, a partir da década de 90, os conflitos envolveram outros atores que não exclusivamente os Estados. Assim, pode-se dizer que surgiu um novo mundo, uma nova geopolítica – a Geopolítica da Atualidade.

Neste contexto, a geopolítica deixou de ser voltada exclusivamente para o Estado, haja vista que estes não mais representariam os únicos atores da política mundial em um mundo globalizado. A Geopolítica da Atualidade enfatiza a correlação de forças econômicas, culturais, ambientais, tecnológicas e sociais no âmbito territorial.

A valorização das novas questões geopolíticas tem sido observada, também, por integrantes de diversos seguimentos sociais e passado pelos estudos desenvolvidos por cientistas políticos como Brzezinski e Luttwak, economistas como Thurow e Ohmae, geógrafos como Taylor e Parker, historiadores como Kissinger e Paul Kennedy, e sociólogos como Huntington e Fukuyama (VESENTINI, 2005, p. 11).

No Brasil, integrantes da chamada EGB, constituída em sua grande parte por estudiosos advindos do segmento militar, continuaram a disseminar idéias e a desenvolver estudos baseados nas teorias clássicas da geopolítica, e que, algumas vezes, serviram de base para a implementação de políticas territoriais no âmbito interno.

Contraopondo-se às idéias advindas dessa escola, consideradas retrógradas, novos estudiosos brasileiros, oriundos do mundo acadêmico, passaram a questioná-las, deixando de lado os seus pressupostos teóricos, por considerá-los ultrapassados diante do progressivo enfraquecimento dos Estados nacionais, submetidos a uma forte evolução científica e tecnológica em um mundo globalizado.

Pelo exposto, desde pelo menos a década de 80, ficou claro que uma grande potência mundial tem sido antes de tudo um Estado (ou uma confederação, como no caso da União Européia) que possui tecnologia moderna, com uma força de trabalho qualificada (o que pressupõe um elevado nível de escolaridade), e não aquele que possua um grande território, numerosa população, boa estratégia militar e armamentos pesados. O Japão foi o país que melhor simbolizou essa mudança de enfoque (VESENTINI, 2005, p. 28).

2.4 Considerações Parciais

Neste ponto, considera-se relevante teorizar acerca da diferença entre Geopolítica e Geoestratégia. Sem obstar as diversas definições formuladas por vários estudiosos, a Geopolítica tem tratado dos assuntos com relação direta entre Geografia e Política, já a Geoestratégia tem se dedicado nos assuntos com relação direta entre Geografia e Estratégia/Política de Segurança Nacional¹⁰. Dessa forma, tanto a política quanto a estratégia estão ligadas às condições internas e externas de um Estado, sendo balizadas por fatores geográficos.

Assim, somente quando os aspectos geoestratégicos dos Poderes Marítimo, Terrestre e Aéreo estiverem presentes em determinada situação é que as teorias clássicas formuladas por Mahan, Mackinder e Seversky podem constituir-se em temas geopolíticos.

Em síntese, a apreciação acerca dos efeitos da globalização nas questões geopolíticas da atualidade é de que as variáveis dimensão do espaço geográfico, densidade demográfica – com potencial produtivo – e riquezas naturais, continuarão sendo o fiel da balança geopolítica. Neste contexto, o Brasil pode ser considerado como um Estado privilegiado por natureza, haja vista que é possuidor das três variáveis.

No entanto, sob os efeitos da globalização, para que o movimento da balança geopolítica seja favorável ao Brasil, este deverá, obrigatoriamente, ter a capacidade de, também, implementar políticas desenvolvimentistas nos campos econômico, político, social, industrial, científico, tecnológico, cultural e militar.

3 GEOPOLÍTICA BRASILEIRA

Para melhor compreensão do presente tópico, faz-se necessário, inicialmente, ressaltar três fatores de grande relevância para a geopolítica de um Estado: o espaço, a posição e a circulação.

¹⁰ A Política de Segurança Nacional, quando estabelecida com base ou fundamento nos fatores geográficos, passou a ser uma Geopolítica de Segurança Nacional ou Geoestratégia, admitindo-se, naturalmente, o termo Estratégia referindo-se a uma Estratégia Geral e com caráter global (TOSTA, 1984, p. 33).

O espaço para a geopolítica não é só o tamanho do território. Ele é composto pelo espaço político que engloba o ecúmeno – zonas ocupadas pelo homem – e as zonas mortas ou passivas, à espera de ocupação efetiva e valorização real.

A posição não é considerada pela geopolítica somente pelo posicionamento geográfico definido por latitude e longitude, com suas características de clima, habitabilidade e recursos naturais. São apreciados outros fatores tais como: acessibilidade às linhas de comércio internacional – sejam marítimas, terrestres ou aéreas –, proximidade ou afastamento em relação aos grandes centros de poder e às zonas de fricção, aspectos referentes às fronteiras etc.

A circulação é o fator de capital importância, uma vez que ela influi, decisivamente, no espaço e na posição; vincula os espaços políticos internos ou externos; conquista, disputa e vitaliza o território; canaliza as pressões; bem como orienta as reações defensivas e dá significação concreta à extensão, à forma e à situação do espaço e da posição.

À luz da conceituação dos três fatores apresentados, serão descritos, de forma sucinta, outros fatores importantes da geopolítica brasileira.

O Brasil, com cerca de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, é o quarto maior país do mundo em terras contínuas, podendo ser, resumidamente, descrito, quanto à forma, como um triângulo com o vértice para o sul, no qual se distingue um vasto planalto central, de clima uniforme, declinando lentamente para noroeste até encontrar a planície Amazônica, e para oeste até encontrar o pantanal mato-grossense.

A extensão da fronteira terrestre do País é de aproximadamente 23.000 quilômetros e a da fronteira marítima é de cerca de 7.500 quilômetros. A dimensão máxima de norte a sul é de 4.320 quilômetros e de leste a oeste 4.328 quilômetros. Ao ocupar quase a metade do espaço territorial da América do Sul, o Brasil compartilha as bacias fluviais Amazônica e do Prata com outros países. Desfruta, ainda, de uma invejável posição estratégica no Atlântico Sul, de grande importância no cenário mundial, em razão do crescente tráfego marítimo em sua massa líquida e das riquezas nela contidas. Considerando-se a imensa projeção do litoral brasileiro sobre o oceano Atlântico pode-se dizer que há uma tendência natural de o País, através dessa massa líquida, interagir com as Américas do Norte e Central, África e Europa.

A costa norte brasileira abre as portas ao Caribe e ao Atlântico Norte, acessos importantes a pólos do comércio internacional, tais como os EUA e a União Européia. Nela situa-se a foz do rio Amazonas, cuja bacia facilita a interiorização da influência marítima até a fronteira com alguns dos países litorâneos do Pacífico.

A costa nordeste projeta-se em direção à África, estreitando o oceano e reduzindo a distância entre os dois continentes para cerca de 2.800 quilômetros.

As costas sul e leste nos levam ao Rio da Prata, à Antártica, ao Estreito de Magalhães e ao Cabo da Boa Esperança, estes últimos, reconhecidamente pontos de rotas para acesso ao Pacífico e ao Índico, onde se situam, também, importantes mercados.

A magnitude da fronteira terrestre, que permite a articulação direta com a grande maioria dos países da América do Sul, e a imensidão da fronteira marítima concedem ao Brasil um potencial geopolítico muito importante para o seu progresso e desenvolvimento e, ainda, liderar a integração regional.

Neste ponto, julga-se importante salientar as palavras proferidas pelo Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, Comandante da Marinha, por ocasião da XXII Conferência Naval Interamericana (CNI), realizada na cidade de Mar del Plata, em 2006:

“A compreensão do valor estratégico da Marinha não prescinde da percepção do significado que o mar tem para o Brasil. Por ele chegaram os nossos descobridores e, também, os invasores. Nele lutamos pela integridade do território e pela defesa dos nossos interesses. Por ele, também, foi possível a consolidação da nossa independência, assegurada pelo corte das comunicações marítimas entre Portugal e Brasil.” (GUIMARÃES CARVALHO, 2006, p. 2).

Infelizmente, a grandeza das dimensões do País tornou-se fator complicador para a efetivação da sua circulação e ocupação. O ecúmeno brasileiro se limita a uma faixa litorânea com aproximadamente 500 quilômetros de largura, onde se destacam diversos nódulos populacionais nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Na parte central, apesar de apresentar progressivo povoamento, existem ainda muitos vazios praticamente não explorados.

Acompanhando uma tendência mundial, o crescimento demográfico brasileiro vem se desacelerando nas últimas quatro décadas. Isso ocorre porque a taxa de fecundidade está caindo ano a ano. Contudo, a taxa de crescimento demográfico do Brasil ainda representa uma das mais altas da América do Sul.

No que tange aos recursos naturais, vale ressaltar que existem boas perspectivas de o País vir a contar com mais recursos minerais existentes na plataforma continental e na Amazônia legal. Contudo, atingir a auto-suficiência em relação às necessidades de toda ordem afigura-se uma meta muito difícil, haja vista que nem mesmo as grandes potências econômicas conseguem.

Com base no quadro geral acima apresentado, sob o ponto de vista geopolítico,

diversos integrantes da chamada EGB externaram, por meio de suas obras e atividades acadêmicas diversas, o pensamento de que o Brasil reúne todos os elementos capazes de levá-lo a ascender a uma posição de destaque na América do Sul, recebendo um status de potência continental.

A seguir, serão abordados alguns pensamentos geopolíticos dos principais estudiosos da geopolítica brasileira.

3.1 Pensamento Geopolítico Brasileiro

No final da década de 20, Everardo Backheuser¹¹ iniciou a divulgação dos seus estudos, que, devido à relevância, fizeram com que ele passasse a ser considerado como um dos precursores dos estudos de geopolítica no País. Por meio de sua obra principal, “Geopolítica do Brasil”, publicada em 1926, apresentou como ponto de maior relevância uma política de fronteiras, na qual sugeriu o fortalecimento das regiões limítrofes do território nacional, dentro da concepção de que as regiões de fronteira devem estar subordinadas ao poder central e não às autoridades regionais (BACKHEUSER, 1952, p. 266).

O pensamento de Backheuser expresso no seu estudo sobre política de fronteiras, largamente difundido em artigos de jornais e revistas e condensado no seu livro “Geopolítica Geral do Brasil”, teve grande influência no estabelecimento pelo governo de uma política de fronteiras e na criação dos territórios federais do Amapá, Roraima, Rondônia e Fernando de Noronha, localizados em regiões consideradas críticas e/ou estratégicas (MATTOS, 2002, p. 65).

Realmente, nos primeiros anos que se seguiram à Revolução de 1930, o espírito renovador, preponderante no governo, aproveitou-se das idéias difundidas por Backheuser e promoveu uma política de fortalecimento das regiões limítrofes brasileiras, sob a inspiração de que a fronteira era a epiderme do organismo estatal, captadora das influências e pressões foraneas, e como tal, região que deve ficar diretamente subordinada ao poder central, e não às autoridades regionais que manifestassem menor sensibilidade para os seus problemas (MATTOS, 2002, p. 65).

No início da década de 30, começaram a surgir concepções mais específicas sobre geopolítica, levando em consideração critérios científicos. Foi nesse momento que despontou

¹¹ Everardo Backheuser (1879-1951), engenheiro, cientista, educador e professor universitário, foi um dos grandes geógrafos brasileiros, notabilizando-se em um dos mais importantes ramos do saber: a geopolítica. Foi presidente da Comissão Nacional de Ensino Primário do então Ministério da educação e Saúde e diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais (WIKIPÉDIA, 2007d).

o Capitão do EB Mário Travassos¹². Em sua obra “Projeção Continental do Brasil”, Travassos expressou sua preocupação com a influência dos portenhos¹³ sobre a Bacia Hidrográfica do Prata, e com a expansão argentina em direção à Bolívia. Conhecida como “Doutrina Travassos”, a sua obra faz uma reflexão do ambiente político interno brasileiro, considerando as conseqüências da Revolução de 1930 e aponta, principalmente, para o estabelecimento de duas projeções – a do Atlântico e a do Pacífico –, que a seu juízo, contribuiriam para o Brasil cumprir sua destinação continental, constituindo-se assim, naturalmente, em motivo de preocupação para países vizinhos.

Com o propósito de conter a aludida expansão argentina, Travassos defendia que no triângulo estratégico formado pelas cidades bolivianas de Cochabamba, Santa Cruz de la Sierra e Sucre, para onde convergiam as influências platina, amazônica e andina, residia a forma de neutralização efetiva da prevalência natural da bacia platina e a subsequente hegemonia argentina sobre Bolívia, Paraguai e Uruguai (FREITAS, 2004, p. 18).

Travassos defendia, ainda, a implantação de um outro eixo, projetado na direção da Bacia Hidrográfica Amazônica, inexplorada e, ainda, considerada como região de maior importância para a integração nacional.

Em razão da boa aceitação de sua doutrina, Travassos tornou-se conselheiro do governo, sempre enfatizando a necessidade de o Estado adotar uma estratégia de interiorização política, econômica e demográfica, em associação ao incremento do papel de relevo das ferrovias como elementos de integração do continente.

Na década 50, surgiu, no cenário geopolítico do Brasil, aquele que se tornaria o mais proeminente estudioso da geopolítica brasileira, não somente por sua obra, mas também, por sua participação em diversos governos até meados da década de 80 – o então Coronel do EB Golbery do Couto e Silva¹⁴, que, ao ser transferido para a reserva daquela Força Armada, ascendeu ao generalato.

Foi na década de 50, com o início de sua industrialização, que as forças políticas dirigentes e os intelectuais brasileiros rapidamente perceberam o potencial adquirido pelo Brasil rumo ao desenvolvimento. O General Golbery, integrante da elite de intelectuais, buscava estimular o pensamento político-estratégico nacional orientado para a criação de um

¹² Mario Travassos, natural do Estado do Rio de Janeiro (1891-1973), foi o primeiro Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, exercendo o cargo ainda no posto de Coronel. Integrou a Força Expedicionária Brasileira na Itália e foi transferido para a reserva no posto de Marechal (INFORMATIVO GUARARAPES, 2000).

¹³ Portenho é o natural da cidade de Buenos Aires (FERREIRA, 1999, p. 1613).

¹⁴ Golbery do Couto e Silva (1911-1987) nasceu no Rio Grande do Sul; exerceu de 1974 a 1981 a chefia do gabinete civil dos presidentes Ernesto Geisel e João Figueiredo. Na inatividade, foi assessor do presidente do Banco Cidade, até 1987 (SILVA, 2003, p. XII).

país moderno, desenvolvido e industrializado.

Em sua obra principal – “Geopolítica do Brasil” – o General Golbery fez uma análise detalhada do Brasil, valendo-se, fundamentalmente, dos conceitos de espaço e posição, definidos por Ratzel, bem como do conceito de circulação entre os espaços.

No que tange ao espaço, para Golbery, o Brasil era caracterizado por uma imensa massa territorial constituída pelo grande planalto central, permeável aos rios que aproximavam as principais bacias hidrográficas; pela floresta Amazônica, praticamente inacessível ao avanço terrestre; pela acentuada escarpa na direção do oceano, dificultando, também, o acesso para o interior; pelos rios, como vias naturais de penetração; e ainda pelas costas baixas do Nordeste (SILVA, 2003, p. 31).

Em sua obra, Golbery apontava que o ecúmeno brasileiro estava fixado numa faixa de 500 quilômetros de largura a partir do litoral. Fora desta faixa, exceto alguns núcleos de concentração, existia um verdadeiro deserto geopolítico, que necessitava ser ocupado, a fim de suprimir o vazio de Poder.

A respeito da posição, Golbery considerava o Brasil desfavorecido pela sua continentalidade, com aproximadamente 40% do seu território afastado mais de 1.000 quilômetros do litoral; por ter cerca de 90% de seu território entre o equador e os trópicos – este último atenuado pela altitude do planalto central, que beneficemente influenciava o seu clima e pela amplidão da faixa litorânea; e pela baixa significação do Atlântico Sul, em termos de comércio mundial – atenuada pelo posicionado estratégico do saliente Nordestino projetado na direção de Dakar (SILVA, 2003, p. 38).

Sobre o aspecto da circulação, Golbery registrou em sua obra que as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte formavam um núcleo central densamente povoado e rico em meios de transporte. A partir deste núcleo, o País era visualizado como um imenso arquipélago, formado por três penínsulas que se projetavam, individualmente, para o Noroeste, Nordeste e Sul, ligadas apenas por estreitos istmos de circulação (SILVA, 1967, p. 43).

Para Golbery, os istmos que uniam o Nordeste e o Sul do País ao núcleo central, deveriam ser povoados, de forma a possibilitar que o ecúmeno fosse mais bem distribuído e, com isso, a integração territorial tornar-se uma realidade. Além disso, Golbery defendia a implementação de uma política de colonização do Noroeste, de modo a integrar a península do Centro-Oeste com o núcleo central. Por fim, sua obra mostrava que a conquista da Hiléia devia ser a última fase da integração territorial, combinando o avanço no sentido leste-oeste a partir do núcleo central, protegido por nódulos populacionais fronteiriços (SILVA, 2003, p.

37).

É oportuno apresentar resumidamente as diretrizes gerais para a geopolítica brasileira, defendidas por Golbery, a saber: o expansionismo de integração e valorização do território, sem qualquer resquício além-fronteiras, não devendo ser esquecida a necessidade de revitalizar a navegação de cabotagem e o pleno uso das aquavias interiores; a cooperação internacional, afirmando o Brasil externamente como integrante de um mundo em desenvolvimento; a atenção aos possíveis antagonismos no continente, mantendo o “status quo” por meio de uma geopolítica preventiva; e a manutenção da posição brasileira junto ao bloco ocidental, no esforço conjunto de manter o Atlântico Sul imune à penetração soviética.

Em 1975, foi publicado o livro “Brasil – Geopolítica e Destino” da lavra do então General-de-Divisão Carlos de Meira Mattos¹⁵. Conferencista em diversas Instituições brasileiras e estrangeiras, autor de diversas obras de importância no meio acadêmico, colaborador de publicações especializadas brasileiras e latino-americanas, Meira Mattos, já na reserva, exerceu o cargo de Diretor do Curso de Especialização em Estudos Brasileiros na Universidade Mackenzie em São Paulo. Merecem destaque especial as principais questões abordadas na ampla obra de Meira Mattos: o enfoque geopolítico dado à complexa questão da integração da Amazônia (tema central de sua obra); o particular interesse pelo estudo dos desafios que o Brasil há de superar, na condição de potência em expansão; e o estudo das potencialidades que farão com que o Brasil se torne um país competitivo no cenário mundial.

As teses geopolíticas de Meira Mattos utilizavam claramente algumas das formulações de seus precursores, a saber: o particular interesse devotado à posição geográfica do Brasil; a discrepância entre as potencialidades decorrentes da amplitude espacial e da condição de baixo desenvolvimento econômico da massa continental; a prescrição de planos de ação e esboço de diretrizes nas quais se releva a primazia dada à política de transportes e comunicações de aspecto continental; a importância do Atlântico Sul para o Brasil; e a reafirmação da tese segundo a qual o Brasil reúne todas as condições para se tornar uma potência mundial (FREITAS, 2004, p. 83).

O pensamento de Meira Mattos consistia na procura do estabelecimento de uma geopolítica aplicada, tendo inerente a idéia, segundo a qual as relações geográficas compreendidas devem estar contidas na política do governo. Ademais, Meira Mattos não deixava de refletir sobre novas preocupações temáticas dentro da geopolítica aplicada, resultantes, quer do entendimento acerca das responsabilidades brasileiras, quer das próprias

¹⁵ Carlos de Meira Mattos (1913-2007) nasceu em São Paulo. Integrou a Força Expedicionária Brasileira, no teatro de Operações do Mediterrâneo e mais tarde ocupou o cargo de vice-chefe do gabinete militar do presidente Castello Branco (FREITAS, 2004, p. 63).

características do sistema das relações internacionais existentes à época da divulgação de suas teses.

No início da década de 60, despontou no cenário acadêmico nacional Therezinha de Castro, que desenvolveu importantes estudos acerca da geopolítica e da definição de coordenadas geoestratégicas brasileiras, sempre visando ao reforço do papel histórico e político a ser desempenhado pelo Brasil na América do Sul e no Mundo; e, ainda, buscou elaborar uma geopolítica e geoestratégia para a Amazônia e para a Antártica.

A filosofia e o quadro de valores em que se assentou o pensamento geopolítico de Therezinha de Castro podem ser definidos como essencialmente brasileiro, analítico, pragmático e direcionado para a definição de linhas de força operativas, passíveis de servirem de orientação à sede do poder político (FREITAS, 2004, p. 89).

Diferentemente do entendimento de Everardo Backheuser, Therezinha de Castro considerava que a continentalidade brasileira não fora capaz de anular a nossa herança marítima, uma vez que a maioria da população brasileira habita em faixa litorânea com cerca de 500 quilômetros de largura.

Therezinha de Castro considerava, também, que havia a necessidade de o País ajustar a distribuição da população no seu espaço terrestre, uma vez que o predomínio geoeconômico e geopolítico situavam-se em apenas pequena parcela da área efetiva do Brasil.

Com base na concepção geopolítica das relações de poder, Therezinha de Castro argumentava que a importância da posição do Brasil na América do Sul devia-se à premissa geopolítica segundo a qual a posse da foz de um rio tendia a dar ao povo lá estabelecido maior poder regional, haja vista a sua capacidade de expansão pela bacia, em que pese não ser detentor das nascentes.

Conforme mencionado, uma outra característica marcante da obra de Therezinha de Castro dizia respeito ao fato de ela ter, desde 1958, pleiteado a presença brasileira na Antártica, enfatizando os aspectos científicos e a posição estratégica invejável daquele continente no Atlântico Sul.

3.2 Geopolítica da Afirmação Nacional

A compreensão plena¹⁶ do que vem a ser a geopolítica de afirmação nacional

¹⁶ O termo está sendo usado no sentido da abrangência da importância relativa que tem um País perante os demais, permeando os seguimentos político, social, científico, tecnológico, econômico, militar principalmente, as potencialidades para desenvolver políticas internas que solidifiquem o sentimento de nacionalidade do povo e potencializem o desenvolvimento sustentável do País, buscando cada vez mais fazer valer os seus interesses.

inclui o conhecimento do território brasileiro e de sua configuração espacial. É com base neste argumento que se julga útil fazer uma breve digressão e abordar alguns aspectos da gênese da formação do Estado brasileiro.

O Tratado de Tordesilhas ao estabelecer uma fronteira artificial acabou por separar geopoliticamente as duas maiores vias de penetração do continente sul-americano, a foz do Rio Amazonas e a embocadura do Rio da Prata. As bacias fluviais desses dois grandes rios representaram o papel de portas de penetração dos portugueses e dos espanhóis, respectivamente.

No que tange à expansão territorial do Brasil, destacam-se três bandeiras de maior alcance geopolítico, no escopo das duas bacias fluviais: a de Pedro Teixeira, que integrou geopoliticamente a Amazônia ao Brasil; a de Pascoal Moreira Cabral, que rumando para o oeste, instalou Cuiabá voltada para a Amazônia, porém nas cabeceiras do Prata; e a de Antônio Raposo Tavares, que explorou a bacia Platina no Tape, Guairá e Itatin, ligando-a à bacia Amazônica no caminho de volta (CASTRO, 1983, p. 21).

Na Amazônia, o Brasil manteve em sua esfera geopolítica cerca de 70% daquela planície sedimentar. A conquista da Amazônia foi facilitada em razão da união das monarquias ibéricas e da existência de uma planície de penetração. Isso explica a caracterização daquela região, por vários séculos, como zona geopolítica neutra, que ainda se encontra em processo de integração.

Na região da bacia do Prata ocorreu um estreitamento do território nacional, tanto pelo relevo mais alto como pela oposição espanhola.

Assim sendo, o Brasil, em termos geopolíticos, não só passou a ter forte influência no contexto sul-americano, tanto na bacia fluvial Platina como na Amazônica, mas, também, diferentemente do que ocorreu na América espanhola, que após as lutas pela independência se partiu em diversos Estados nacionais, manteve a integridade do imenso território colonial português.

Faz-se necessário, ainda, promover o desenvolvimento dos estados federados, com efetiva incorporação da Amazônia, respondendo à necessidade que possui o País de consolidar a interiorização do seu desenvolvimento. A transferência da capital federal para Brasília não só representou a consecução de uma estratégia de interiorização, como também a manifestação de uma vontade política de vertebramento do território interior anecumênico (FREITAS, 2004, p. 76).

Neste ponto é importante mencionar que o abundante regime pluvial que cobre a maior parte do País alimenta uma malha fluvial de imensas proporções. Nas regiões planas da

Amazônia e do Pantanal, os cursos d'água representam grande papel para a navegação, haja vista que perfazem um total aproximado de 24.000 quilômetros de vias navegáveis.

Considerando os aspectos ecológicos, a água, as florestas e o pantanal com sua diversidade de espécies, colocam o Brasil no centro de debates mundiais, numa época em que as questões ambientais se tornam vitais para a sobrevivência dos seres vivos. A Amazônia é conhecida mundialmente como a maior floresta equatorial produtora de oxigênio, necessário ao equilíbrio ecológico do planeta.

A “geopolítica da afirmação nacional” está caracterizada pelo conjunto de políticas governamentais que ao serem aplicadas no âmbito interno contribuirão com o desenvolvimento de um País.

No caso do Brasil, a sua implementação requer que o governo identifique e empreenda políticas governamentais consistentes e duradouras, que possam receber pequenos ajustes diante de alterações na conjuntura, mas que mantenham um viés estratégico e duradouro. Devido às citadas características tais políticas são chamadas de Políticas de Estado. Nenhum país que aspire ascender a uma posição de destaque em um mundo globalizado pode prescindir de ter e praticar uma adequada Política de Estado.

Atualmente, o Brasil está envolvido com a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)¹⁷, que prevê investimentos nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos. A expansão do investimento em infra-estrutura é condição fundamental para o País superar os pontos de estrangulamento da economia, estimular o aumento da produtividade e a diminuição das desigualdades regionais e sociais e, dessa forma, acelerar o seu desenvolvimento sustentável.

3.3 Geopolítica da Integração Regional

O Brasil, por apresentar uma larga base geográfica, onde são encontrados imensos recursos naturais, tende a ocupar posição de destaque em relação aos demais países do continente sul-americano e a exercer forte influência política e econômica nesses países.

Tal característica possibilita ao governo brasileiro praticar uma política externa baseada numa “geopolítica de integração regional”, com características não-hegemônicas que, se bem executada, poderá trazer para o País um destaque no cenário mundial do século XXI.

A retórica do Itamaraty dá conta de uma atuação vigorosa da política externa

¹⁷ Programa de Aceleração do Crescimento é um programa criado pelo atual governo federal com vistas à expansão do crescimento sustentável brasileiro, que pode se tornar em Política de Estado, caso haja vontade política (BRASIL, 2007).

brasileira em relação aos países do entorno regional, entretanto, na prática observa-se a tendência de o Ministério das Relações Exteriores (MRE) concentrar-se na formação de arranjos multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), para formar blocos econômicos, que propiciem a redução de barreiras ao comércio.

Contudo, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a despeito da falta de consenso em diversas questões, representa, ainda, a consciência dos países sul-americanos de que, em um mundo globalizado e competitivo como o atual, existe a necessidade de serem convergidos os interesses econômicos regionais em torno de associações capazes de defender os interesses mútuos. A evolução deste mercado tem, naturalmente, acentuada importância estratégica para a região.

Pode-se dizer que, será vitoriosa a integração regional sul-americana na qual os esforços políticos e econômicos estejam alinhados e convergindo no sentido do desenvolvimento sustentado, e que poderá trazer vantagens competitivas frente às grandes economias da América do Norte, Europa e Ásia.

Considerando o amadurecimento político brasileiro, apesar da constatação da presença de governos com ideologias nacionalistas, com forte apelo populista, não se vislumbram, a curto prazo, tendências para o surgimento de situações de instabilidade de maior intensidade entre o Brasil e os países da América do Sul. No entanto, alguns dos fatores geopolíticos inspiram atenção. É o caso dos contenciosos latentes, normalmente, relacionados com disputas territoriais e com conflitos internos passíveis de transposição de fronteiras, como é o caso da guerrilha colombiana.

Entre Equador e Peru existe um litígio territorial em torno da área situada entre os Rios Marañon e Putumayo, rica em petróleo, perdida pelo Equador na guerra de 1941, e que representava a maior parte de sua região amazônica.

O segundo contencioso latente configura-se entre o Chile e o Peru. A Guerra do Pacífico (1879 a 1884) vencida pelo Chile, fez com que o Peru perdesse os territórios de Tarapacá e Arica. A tentativa de recuperação econômica, os problemas internos relacionados ao combate à guerrilha e ao narcotráfico e o envolvimento no conflito com o Equador, fizeram diminuir a prioridade peruana na questão com o Chile, embora, nos dois últimos anos tenha havido aquisição de material bélico de última geração.

A outra situação de potencial confronto nos países da costa oeste da América do Sul é a aspiração boliviana de obter acesso ao mar, perdido para o Chile na Guerra do Pacífico. Entretanto, a grande disparidade de poderes nacionais impede que a Bolívia tente retomar os territórios perdidos, apesar de ser uma de suas aspirações nacionais.

No contexto social, as divergências internas, ainda latentes em diversos países da América do Sul, podem gerar situações de conflito contrárias aos interesses brasileiros. De uma forma geral, a situação está caracterizada pela expectativa das populações menos favorecidas obterem a solução dos complexos problemas sociais, especialmente o combate à miséria. Contudo, o cenário mundial instável e as resistências de setores organizados das sociedades sul-americanas, especialmente em relação às reformas constitucionais e tributárias, estão limitando as ações governamentais e dificultando a melhoria da qualidade de vida das populações.

No âmbito externo, nota-se que a diplomacia brasileira, de forma muito tímida, tem obtido alguns avanços no esforço de integração da América do Sul. O Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), assinado em Brasília, juntamente com as Repúblicas da Bolívia, da Colômbia, do Equador, da Guiana, do Peru, do Suriname e da Venezuela, é um clássico exemplo desse esforço. Pode-se dizer que esse tratado contribui para a materialização da cooperação multilateral e, ainda, aplaca eventuais sinais de mal-estar entre demais países do continente sul-americano, em razão de um pretense imperialismo brasileiro no processo de integração regional.

3.4 Considerações Parciais

Alicerçado em uma análise do pensamento dos principais geopolíticos brasileiros, verifica-se que há uma linha mestra que norteia o País, sendo válido dizer que existe uma EBG, e que as teses geopolíticas defendidas pelos integrantes dessa escola em muito contribuíram para a elaboração, desenvolvimento e execução de estratégias governamentais.

Ademais, foi, ainda, verificado que os integrantes da aludida escola são de opinião que o Brasil possui todas as condições para desempenhar um papel relevante no sistema das Relações Internacionais (RI), caso as Instituições governamentais sejam capazes de planejar, executar e dar continuidade às políticas necessárias ao desenvolvimento sustentado.

Em um contexto da “geopolítica da afirmação nacional”, ao ser realizada uma breve análise do espaço e da posição do Brasil na América do Sul, torna-se válido afirmar que, ainda no início do século XXI, o País necessita ter sua população melhor distribuída no território nacional, articulando-a solidamente de norte a sul; identificar as potencialidades regionais que contribuam com o seu desenvolvimento; adotar medidas que contribuam para a

integração do centro-oeste brasileiro e a congregação da Amazônia na busca do seu desenvolvimento.

Por outro lado, considera-se válido afirmar que o pensamento da EGB visa, também, construir uma “geopolítica de integração regional”, envolvendo todos os países sul-americanos, no qual os antagonismos geohistóricos são equacionados à luz das novas realidades.

Entende-se ser de grande relevância para o processo de integração regional o aprofundamento das ações no âmbito dos acordos firmados com diversos países sul-americanos, em especial o MERCOSUL e o TCA, que fazem parte da base fundamental para a cooperação multilateral entre os signatários e o conseqüente desenvolvimento regional.

Cabe salientar que o progresso e o desenvolvimento socioeconômico, resultantes da conjugação de esforços dos países signatários do TCA, tanto em seus territórios como entre si, refletirão, em última análise, na melhoria do bem-estar das sociedades sul-americanas em geral e da brasileira em particular.

Pelo acima exposto, ao considerar-se que o Brasil é o país sul-americano possuidor de requisitos para atingir um nível elevado de desenvolvimento sustentável, entende-se que é mister incorporar à cultura nacional a visão de que somente a implementação de Políticas de Estado sérias e ações de cidadania permitirá a construção de bases sólidas para crescimento e a projeção continental do Brasil.

Por tudo que foi explanado, é válido afirmar que, em face da fisionomia geopolítica brasileira, o País tem o dever de assumir, de forma inequívoca, a função de principal articulador do processo de integração da América do Sul, exercendo liderança ativa por meio de ações concretas, como um dos fundamentos para a sua política externa.

Por derradeiro, para fazer frente à economia globalizada, considera-se desejável que os países sul-americanos, sob a liderança do Brasil, atuem como um bloco coeso, objetivando afirmarem-se política e economicamente, a fim de sair da situação de periferia, de um contexto internacional instável e difuso.

4 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Antes de abordar as principais características da política externa brasileira, considera-se relevante apresentar uma definição, dentre várias, para política externa de um Estado.

Segundo Letícia Pinheiro¹⁸, “a política externa pode ser definida como o conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente, mas não necessariamente o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos – tais como organizações internacionais, corporações multinacionais ou atores transnacionais –, formulado a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional. Nesse sentido, trata-se da conjugação dos interesses e idéias dos representantes de um Estado sobre sua inserção no sistema internacional tal como este se apresenta ou em direção à sua reestruturação, balizados por seus

¹⁸ Letícia de Abreu Pinheiro é PhD em Relações Internacionais pela London School of Economics, pesquisadora e professora do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

recursos de poder.” (PINHEIRO, 2004, p. 7).

Fazendo uso da definição apresentada por Leticia Pinheiro, pode-se dizer que a política externa brasileira, ao longo do século XX, posicionou-se e empreendeu ações modestas na busca do desenvolvimento e que garantissem maior autonomia do País na chamada “nova ordem mundial”.

Não obstante ao aclamado potencial geopolítico, em razão da formação das elites dirigentes nacionais, que estiveram e ainda estão sempre mais voltadas para a competição político-partidária, o Brasil pouco se destacou na busca do desenvolvimento e autonomia perante a nova ordem mundial, conforme se busca apresentar.

4.1 Da Independência à Proclamação da República

Para que possa ser compreendido o sentido dado pelo Estado brasileiro à sua política externa no período em tela, faz-se mister tecer algumas considerações acerca do contexto internacional vigente, haja vista que os fatos políticos, sociais e econômicos ocorridos ou em andamento no “Velho Mundo” se refletiam no continente americano.

A sociedade internacional européia, sobretudo a inglesa, constituída de normas jurídicas, princípios, interesses e padrões de conduta, era considerada como sendo uma poderosa força de expansão dos interesses europeus sobre a periferia do mundo.

A política externa praticada na colônia brasileira, à época da independência, esteve profundamente condicionada pela hegemonia inglesa sobre Portugal, estabelecida por meio de uma aliança histórica, cujos efeitos foram transferidos para o Brasil. Havia uma forte influência política inglesa nas decisões da corte no Rio de Janeiro.

É neste contexto que, em 1822, surgiu o Estado brasileiro, reivindicando à comunidade internacional o papel de novo ator, definindo a sua política externa em função da herança colonial recebida – valores e projetos portugueses –, da emergência de um sistema internacional resultante da Revolução Industrial e da transformação do continente americano em área de competição internacional.

Cumprido salientar que os fatores acima mencionados pesaram decisivamente sobre a gestão brasileira, conduzida, inicialmente, por José Bonifácio de Andrada e Silva, por ocasião das negociações com os países com os quais mantinha relações diplomáticas.

Naquela época, a principal diretriz governamental quanto à política externa foi o reconhecimento da nacionalidade brasileira, considerada por diversos historiadores como sendo uma diretriz exclusivamente política, estabelecida à luz de uma percepção limitada do

interesse nacional, que imobilizou as decisões até o início da década de 1840 (CERVO, 2002, p. 26).

Por outro lado, os poderosos Estados europeus e os EUA, para verem cumpridas as estipulações que lhe convinham – mormente contidas nos tratados bilaterais –, praticavam uma política externa bastante agressiva e, por vezes, ameaçavam empregar a força bélica. Sem contestá-los, o governo brasileiro permanecia numa posição defensiva e conciliadora, cumprindo suas obrigações e cedendo às reclamações abusivas. Essa política externa passiva estendia-se às relações com a região da Bacia do Prata, possibilitando ao governador de Buenos Aires agir com desenvoltura na região (CERVO, 2002, p. 54).

A partir de 1840, a diplomacia brasileira começou a atuar na busca da reorientação da política externa do País, com vistas à implementação de um projeto nacional liberto das imposições dos acordos firmados com alguns Estados europeus e os EUA, colocando em prática um discurso político que reivindicava a ruptura do sistema de relações exteriores vigente.

É importante ressaltar que em 1844 foi elaborado um projeto de desenvolvimento para o País baseado na autonomia alfandegária, crescimento econômico e consolidação das fronteiras – delimitação de um dos elementos geopolíticos: o espaço geográfico –, que não produziu, de forma plena, os efeitos desejados, ficando muito aquém das aspirações e das metas estabelecidas por seus idealizadores, uma vez que a elite governante preferiu sujeitar-se a uma situação que lhes era mais favorável, em detrimento do interesse nacional.

Em suma, à época da independência a política externa brasileira ficou caracterizada por um modelo pouco harmônico com os interesses nacionais. Politicamente, as relações internacionais eram pautadas sempre na lei do mais forte, sobretudo quando apoiada em acordos bilaterais cujas estipulações se faziam cumprir em sentido único. Em 1844, foi possível romper com aquele modelo e formular alternativas de melhor qualidade e oportunidade para a história do Brasil, mas os interesses da elite governante acabaram por causar transtornos no projeto desenvolvimentista idealizado.

4.2 Da Proclamação da República à Revolução de 1930

Proclamada a República, nenhuma grande mudança de rumo foi observada na condução da política externa brasileira. A gestão de Quintino Bocaiúva, primeiro Ministro das Relações Exteriores Republicano, foi caracterizada pela manutenção da linha mestra da diplomacia defendida pelos monarquistas. O equilíbrio de poder na Bacia do Prata e a

consolidação das fronteiras do País foram a tônica da diplomacia brasileira.

A notícia da instalação do novo regime de governo brasileiro foi, grosso modo, recebido pelos Estados estrangeiros com satisfação e solidariedade. Ainda, em 1889, Argentina, Chile e Uruguai reconheceram-no; em 1890, foi a vez dos Estados Unidos da América e da França; em 1891, a Grã-Bretanha; e, em 1892, a Rússia, logo após a morte de Dom Pedro II (CERVO, 2002, p. 152).

Ainda em 1891, a política externa do País foi afetada pela grave crise política interna instaurada com a renúncia do Presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca, em razão dos seus desentendimentos com o Congresso Nacional motivados, principalmente, pelas acusações de favorecimento a ele imputadas.

Caminhando juntamente com a crise política do governo, a crise financeira contribuía para formar uma imagem negativa do País. Diplomatas brasileiros acreditados em Londres tinham como uma das principais tarefas desfazer a imagem negativa que o Brasil ia adquirindo, pois esta redundava em sérios prejuízos para a economia nacional.

Não obstante o esforço diplomático brasileiro levado a efeito em Londres, no Brasil já se discutiam alternativas para a extinção da dependência econômica brasileira, no plano comercial, para com a Grã-Bretanha. O modelo agrário-exportador como espinha dorsal da economia brasileira deveria ser mantido, entretanto, viria a ser alterado o centro do poder, das elites dominantes da região Nordeste para as do Centro-Sul. Cabe salientar que, tal mudança vinha ao encontro, também, dos interesses norte-americanos.

Neste contexto de mudança, a política externa brasileira passou a defender uma maior aproximação com os EUA, haja vista que a aproximação com a mais promissora das repúblicas das Américas, contribuiria para a consolidação da República do Brasil.

Não se deve esquecer, entretanto, que o fim do sistema de governo monárquico facilitou a aproximação do Brasil de seus vizinhos na América do Sul, passando este continente a ser objeto de mais atenção da política externa do País.

Em 1902, ao assumir a direção da pasta das Relações Exteriores, o chanceler José Maria da Silva Paranhos Júnior – Barão do Rio Branco – coordenou o processo de reorientação de diretrizes da política externa. Em síntese, a política externa brasileira passou a ter como diretrizes a solução das pendências relativas aos limites do território nacional (principal obra do Barão do Rio Branco), a busca de uma supremacia compartilhada na América do Sul, o restabelecimento do prestígio internacional do País, a intangibilidade da soberania e a defesa da agroexportação.

Embora parecesse apenas a consolidação da tendência anterior, a política externa

com características pró-ativas levada a cabo pelo Barão do Rio Branco facilitou o desenvolvimento de uma espécie de “espírito de corpo” entre os diplomatas, que ajudou a promover a homogeneidade e coesão de pensamento, e fez com que a República adquirisse um perfil mais pragmático – uma política externa ativa e altiva.

Ao enviar a Divisão Naval de Operações de Guerra (DNOG) para a costa africana, onde deveria atuar incorporada à força naval inglesa, durante a Primeira Guerra Mundial em 1917, o Brasil solidificou sua condição de país aliado, passando a tomar parte da Conferência de Paz e ter assento temporário no Conselho da Liga das Nações (CLN). Tal situação conferia à política externa brasileira uma importante projeção internacional, que transcendia o entorno estratégico da América do Sul (PINHEIRO, 2004, p. 17).

Foi somente no pós-guerra que o MRE concluiu a obra do Barão do Rio Branco, ocasião na qual o Brasil teve resolvidas as questões ainda pendentes atinentes aos limites do território. Foram definidos trechos dos lindes nacionais com a Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana, Paraguai e Venezuela.

Um fato não menos importante do que a entrada do Brasil para a Liga das Nações, como membro temporário, foi a confirmação de sua saída, em decorrência da recusa do Conselho Executivo daquele órgão em consentir que o Brasil passasse à condição de membro permanente em favor da Alemanha (PINHEIRO, 2004, p. 18).

Pode-se observar que durante a Primeira República a vida política e econômica do País e a política externa brasileira foram marcadas pela formulação de um projeto que, por meio da aproximação com os EUA, buscava dar ao País um lugar de destaque, tanto no cenário regional, quanto no cenário internacional.

4.3 Da Revolução de 1930 à Globalização

Em outubro de 1930, os Generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Leite de Castro, pelo Exército, e o Almirante Isaías Noronha, pela Marinha, depuseram o presidente Washington Luís (FAUSTO, 1997, p. 325). O governo provisório instaurado no País não encontrou resistência para ser considerado como revestido de legalidade e legitimidade e a política externa brasileira não sofreu nenhuma alteração significativa de rumo em decorrência deste acontecimento.

Em que pese ao ambiente conturbado reinante no País, o chanceler Afrânio de Melo Franco não se descuidou da demarcação das fronteiras, bem como buscou enfatizar o comércio exterior, principalmente, em razão da quebra da bolsa de valores de New York,

ocorrida no ano anterior, fato este que resultou em uma profunda retração do comércio internacional, haja vista a condição hegemônica da economia dos EUA.

Simultaneamente à quebra da bolsa de valores de New York, irrompeu no cenário internacional uma crise política e ideológica, que veio a atingir os alicerces das democracias, propondo como alternativa à democracia parlamentar o socialismo soviético, o fascismo italiano ou o nazismo alemão.

Na América do Sul, em particular no Brasil, os efeitos desses episódios foram rapidamente sentidos. Contudo, historiadores registram que, em sua percepção, a diplomacia brasileira ao perceber a ascensão dos EUA e da Alemanha ao patamar de potência mundial, passou a adotar uma política de aproximação ambígua, procurando tirar proveito da disputa entre os dois países (CERVO, 2002, p. 234).

No que tange à atuação da política externa brasileira no contexto regional, a historiografia fez registrar que a característica principal da diplomacia foi a postura conciliatória. Citam-se como exemplos os bons ofícios oferecidos pelo Brasil para o reatamento das relações diplomáticas entre Peru e Uruguai; a mediação levada a efeito na questão do Chaco entre a Bolívia e o Paraguai e a atividade mediadora na questão de Letícia, entre Peru e Colômbia, que culminou com a assinatura do acordo diplomático denominado Protocolo do Rio de Janeiro.

Às vésperas do conflito armado que marcaria uma época e envolveria um grande número de países europeus, a política externa brasileira voltada para os EUA e Alemanha continuava a apresentar um caráter ambíguo, procurando tirar proveito, em termos econômicos e comerciais, da disputa então existente entre aqueles países.

Em 1939, com o início das hostilidades e o bloqueio comercial marítimo imposto pela Grã-Bretanha à Alemanha, o comércio entre Brasil e EUA aumentou, tanto no âmbito das exportações como nas importações. A bem da verdade, a guerra acabou por regionalizar as relações comerciais do País e diminuir o nível de especialização da economia brasileira.

Neste ponto é importante trazer à memória que a postura conciliadora da política externa brasileira se mostrava, mais uma vez presente, em 31 de agosto de 1942, quando o governo brasileiro reconheceu o estado de beligerância contra Alemanha e Itália, em vez de apresentar-lhes a declaração de guerra.

Um aspecto importante a ressaltar, relacionado com a relevância de um dos elementos da geopolítica brasileira – a posição geográfica –, diz respeito ao estabelecimento de bases militares no norte e, principalmente, no saliente nordestino do Brasil, como parte integrante de um sistema defensivo aliado, sob a coordenação dos EUA.

Não obstante aos malefícios vividos pelas populações dos países partícipes da Segunda Guerra Mundial, ao seu fim, constatou-se que a participação do Brasil acabou por permitir à diplomacia brasileira marcar presença nas negociações dos arranjos de paz, significando, em outras palavras, “se fazer ouvir” no processo de construção de uma nova ordem mundial.

A aludida participação brasileira significava o empreendimento de uma política externa pró-ativa perante os países da América do Sul, particularmente frente à Argentina. Mais uma vez o Itamaraty trabalhava no sentido de contribuir para que o Brasil tivesse uma maior visibilidade nos âmbitos regional e internacional.

A reversão da aliança entre os EUA e a URSS acabou por resultar na Guerra Fria, fato este bastante significativo para a política externa brasileira, sem contudo abalar a relativa autonomia do Itamaraty na condução dos negócios exteriores do País.

Findo o segundo governo do presidente Getúlio Vargas e iniciado o governo de Juscelino Kubitschek, o Brasil carecia de reformas no âmbito interno e mudanças no relacionamento com as demais nações, com vistas a vencer sua condição de país subdesenvolvido. O projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek previa ampla colaboração do capital estrangeiro, razão pela qual desenvolveu uma política externa na busca deste objetivo.

Em termos gerais, a política externa do governo de Juscelino Kubitschek foi marcada por avanços e retrocessos, uma vez que coexistiram formulações e posições de independência em meio à posições de alinhamento aos EUA. Como exemplo cita-se a conclusão das negociações para o restabelecimento das relações comerciais com a URSS, a participação do Brasil em Operações de Paz promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e o envio de oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB) ao Congo.

Em 1964, com a implantação do regime militar brasileiro, as políticas interna e externa se reforçaram mutuamente, posto que um componente essencial da ideologia que legitimava o novo regime era a tese de que o golpe representava uma reação defensiva contra a ameaça comunista internacional.

Em decorrência da implantação do aludido regime, constatou-se o retorno do alinhamento total aos EUA. Assim, de acordo com seus aspectos geopolíticos, a posição geográfica do Brasil determinava sua aliança ao bloco ocidental (PINHEIRO, 2004, p. 37).

Com o passar do tempo, cresciam as evidências de que o alinhamento total aos EUA e o reconhecimento de sua liderança não proporcionariam ao Brasil nem a assistência econômica requerida, nem uma posição de destaque na América do Sul. Assim foi que,

durante o governo do presidente Costa e Silva (1967 a 1969), teses mais nacionalistas e autônomas foram reincorporadas à agenda diplomática.

A política externa brasileira passou a atuar com autonomia, no sentido de suprir a sociedade e o Estado de condições e meios adequados a impulsionar o desenvolvimento, dentro de um projeto de longo prazo, que perdurou mesmo com o fim do regime militar.

A política externa do ciclo desenvolvimentista manipulava a relação bilateral (Brasil - EUA) e a parceria estratégica como uma linha de força da ação externa. Entretanto, a globalização das relações internacionais e a disposição do governo brasileiro de influir sobre a regulamentação do sistema multilateral de comércio e sobre a arquitetura das finanças internacionais subtraíram energia desse bilateralismo. Entregue ao descaso brasileiro, o bilateralismo sofreu uma acomodação quanto ao papel dos grandes e dos pequenos, determinada por causas exclusivamente exógenas (CERVO, 2002, p. 478).

A partir de 1989, a contenção do comunismo deixou de ser a prioridade dos EUA e a política externa brasileira ao acompanhar esta mudança, passou a distinguir a política de segurança nacional da política de defesa nacional, sendo reorientada a prioridade dada ao papel das Forças Armadas (FA) brasileiras.

É com esta postura que a diplomacia brasileira redirecionou-se para os novos temas que compunham a agenda da globalização, passando a ocupar-se com liberalismo econômico, ecologia, direitos humanos, segurança, multilateralismo comercial e fluxos de capitais. A abertura do mercado brasileiro, durante a gestão do presidente Fernando Affonso Collor de Mello, criou um desafio novo para o comércio exterior. É neste contexto que, ao longo de sua trajetória rumo à globalização, o Brasil conseguiu consolidar o seu processo democrático, caminhando na busca do seu desenvolvimento econômico sustentável e da integração com os demais países da América do Sul.

No início do primeiro mandato do atual governo federal, a população alimentou-se da expectativa de que a política externa brasileira, voltada principalmente para o entorno regional e para cenário internacional, apresentasse uma postura mais incisiva, considerando-se, principalmente, a retórica e a trajetória política do presidente eleito. Entretanto, a expectativa não se concretizou.

Permeada em um ambiente de promessas de mudanças feitas por seus propositores e executores, a política do Itamaraty fortemente influenciada pelo grupo dominante no cenário político do governo federal, vem sendo defendida por diversos simpatizantes, tanto quanto vem sendo criticada, com o mesmo ardor e veemência, por analistas independentes, nos meios acadêmicos, intelectuais e jornalísticos, que a caracterizam como ineficaz no atingimento de

resultados concretos favoráveis aos interesses da Nação.

Uma explicação para tal fato, passa pelos reveses acumulados no período recente e os problemas conceituais e de definição das bases formuladoras da política externa, que nunca foram suficientemente discutidas de modo sistemático nos meios especializados. O reduzido número de especialistas em RI no Brasil tem impedido o desenvolvimento de uma massa crítica de trabalhos a respeito da conduta e do desempenho do MRE (TEIXEIRA, 2007, p. 11).

Contudo, trata-se de um novo quadro no cenário político-institucional brasileiro, uma vez que, até recentemente, a política externa ou era praticamente ignorada no cenário político e nos meios de comunicação, ou dispunha, nesses meios, assim como na opinião pública, de relativo consenso entre as diversas tendências político-ideológicas em que se divide a sociedade. Assim, a política externa, mesmo considerada insatisfatória, tem-se tornado elemento importante nos debates sobre o atual governo.

Para tentar reverter essa situação, o governo federal investiu muitos recursos humanos e materiais na elaboração do novo discurso diplomático e fez multiplicar as iniciativas diplomáticas nas mais diversas frentes de atuação.

Analistas do setor acadêmico, ligados ao partido político do Presidente da República, têm registrado a presença de elementos de continuidade na política externa – como a reafirmação do caráter estratégico do processo de integração sub-regional e a opção preferencial pela América do Sul –, ao passo que analistas apartidários registram a presença de sérios problemas da antiga política externa na atual política.

Vale salientar que, à medida que algumas vicissitudes foram surgindo nas frentes de atuação consideradas como prioritárias, como por exemplo, o relacionamento com os vizinhos “progressistas”, a condescendência anterior com o novo discurso diplomático foi dando lugar a críticas cada vez mais acerbadas quanto a seus resultados efetivos.

É importante registrar que, recentemente, o governo federal lançou o PAC para, por meio de investimentos em infra-estrutura (energética, logística, social e urbana) aliados às medidas econômicas, estimular os setores produtivos e, ao mesmo tempo, levar benefícios sociais à todas as regiões do País, com vistas a criar as condições para a superação dos entraves ao seu desenvolvimento.

O governo federal pretende apresentar a prestação de contas do PAC para a sociedade por meio de balanços quadrimestrais. O balanço referente ao período de janeiro a abril de 2007 indica que houve crescimento significativo nos índices de confiança da indústria, queda nas taxas de juros e aumento do crédito bancário (BRASIL, 2007).

4.4 Considerações Parciais

Em decorrência da análise dos fatos transcorridos nos períodos acima apresentados, pode-se dizer que, após o rompimento com Portugal em 1822, excetuando-se o período entre 1850 e 1870, o Brasil empreendeu uma política externa com vistas a ressaltar uma postura defensiva e conciliadora e a importância da paz entre os povos.

Por outro lado, é de certo modo visível que a capacidade do setor externo de subsidiar o desenvolvimento e a autonomia socioeconômica brasileira não foi explorada. Seguiram-se períodos em que a elite governante ditou políticas restritivas, favoráveis a segmentos sociais específicos em detrimento das necessidades da grande maioria do povo, e períodos em que o interesse nacional foi atendido de forma abrangente, fazendo com que a política externa perdesse seu caráter conjuntural.

Pelo apresentado, é possível afirmar que a política externa brasileira sob a batuta do Barão do Rio Branco apresentou as características fundamentais de uma política externa ativa e altiva, uma vez que ela conseguiu angariar para o Brasil certo grau de supremacia sobre os Estados do continente sul-americano, por meio do restabelecimento do prestígio internacional do Brasil.

É importante salientar que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Artigo 4º, registra de forma inequívoca que a política externa brasileira é pacifista¹⁹. Em consonância com os princípios constitucionais contidos no artigo retro, tem-se observado que há muito os governos do Brasil retiraram de suas prioridades o adequado aparelhamento das FA.

Malgrado o contido no basilar ditame legal mencionado, considera-se que há a necessidade de se quebrar o paradigma da política governamental totalmente despreocupada com os aspectos relacionados à Defesa Nacional. Esta política pacifista parece equivocada, uma vez que, nos dias atuais, a ameaça pode advir das mais variadas fontes e se apresentar de diversas formas, devendo o Estado estar preparado para uma pronta resposta. Parece, ainda, que o Itamaraty está negligenciando o elemento dissuasório, quando pratica essa política pacifista sem o necessário respaldo militar.

Cumprе salientar que está se tornando cada vez mais perceptível o monopólio que o MRE tem exercido com seu discurso diplomático direcionado para os demais órgãos

¹⁹ Artigo 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas relações internacionais pelos seguintes princípios: [...] III – autodeterminação dos povos; IV – não-intervenção; [...] VI – defesa da paz; VII – solução pacífica dos conflitos [...]. (BRASIL, 1988).

governamentais, passando a idéia de que ações concretas com vistas à integração regional estão sendo adotadas, mas na realidade, o Itamaraty tem tido, freqüentemente, um desempenho insatisfatório na formulação e na implementação da política externa brasileira.

Não obstante o atual governo ter investido recursos humanos e materiais na elaboração de um novo discurso diplomático, o acompanhamento dos acontecimentos no dia-a-dia (admissão da Venezuela no MERCOSUL e o caso do gás boliviano) permite dizer que a retórica e a ação governamental com vistas à integração regional está sendo caracterizada pelo dissenso na sociedade e em parcela da própria diplomacia profissional, tal como representada, pelo menos, por vozes já não mais ativas na sua implementação prática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o contido na análise precedente, mesmo a despeito das equivocadas políticas governamentais já empreendidas, pode ser antevisto que o “destino geopolítico” do Brasil é o de tornar-se líder na América do Sul e uma potência mundial. O Brasil, na condição de país com dimensões continentais, possuidor de abundantes riquezas naturais, relativo estágio de desenvolvimento industrial e outros fatores geopolíticos relevantes, quando comparado com a vizinhança, está predestinado a ter que promover maior inter-relacionamento com os países do continente sul-americano, em especial com os das bacias Amazônica e do Prata.

Não se pode deixar de considerar que os efeitos da globalização nas questões geopolíticas da atualidade impelem os Estados nacionais a desenvolverem suas capacidades latentes. Nesse sentido, a atual política externa brasileira tem deixado a desejar, haja vista que o governo brasileiro não tem adotado as medidas necessárias ao pleno desenvolvimento dessas capacidades.

Aproveitando-se a criação e a implementação do PAC, o governo brasileiro não

deve deixar de explorar todas as potencialidades do Estado nacional (riquezas naturais, complexo industrial, centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, e capacitação do capital intelectual) e implementar medidas concretas com vistas, no âmbito interno, à reformulação e ao fortalecimento da infra-estrutura estatal, assim como, no âmbito externo, adotar, principalmente, no cenário regional, posturas que visem atender prioritariamente aos interesses nacionais.

Acredita-se que políticas de Estado ativas e altivas, quer sejam internas ou externas, são ditadas pelos fatores da geopolítica clássica – espaço, posição, circulação e poderio militar – e, também, pelos fatores da geopolítica da atualidade – poderio político, econômico e financeiro; elevada capacidade científico-tecnológica, industrial e cultural; e predisposição de estabelecer alianças bilaterais e multilaterais – mas, principalmente, pela determinação em querer crescer, tornar-se forte no âmbito interno, e projetar-se internacionalmente. No caso do Brasil esta projeção deve iniciar-se pela América do Sul.

Em reforço ao apresentado e por razões geopolíticas, entende-se que a inserção internacional do Brasil, partindo de uma política externa, com viés ativo e altivo, voltada principalmente para a América do Sul, passa pelas seguintes ações:

- implementar a firme e gradual redução do grau de vulnerabilidade externa brasileira, no âmbito econômico, financeiro, científico, tecnológico, industrial e militar;
- empreender ações imprescindíveis para dotar as FA de um poder militar moderno, aprestado, crível e com capacidade dissuasória adequada à estatura político-estratégica do País, com vistas a incluir o Brasil como membro permanente nos organismos internacionais de gestão da nova ordem mundial;
- elaborar uma política estratégica para defesa e desenvolvimento da região amazônica, com especial atenção às questões indígenas, do meio ambiente e da biodiversidade; e
- articular a formação de um bloco econômico e político na América do Sul, não hegemônico, com mecanismos de compensação e com processos efetivos de redução de desigualdades entre os Estados da região, a partir da reformulação do MERCOSUL.

Por tudo que precede, surge a seguinte questão: O Brasil, realmente, possui ou quer efetivamente possuir uma Política de Estado com vistas a permitir, ao fim e ao cabo, que os seus nacionais usufruam dos benefícios compatíveis com o potencial geopolítico do País? Ou interesses menores das políticas dos governos condenarão o Brasil a ser o eterno país do futuro?

Por derradeiro, é entendimento que o Brasil deve, o quanto antes, colocar em

prática a fórmula máxima do Positivismo²⁰ que contempla um forte apelo geopolítico: “O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim”.

²⁰ Doutrina de Isidore Auguste Marie François Xavier Comte, filósofo francês (1798-1857), caracterizada, sobretudo, pela orientação antimetafísica e antiteológica que pretendia imprimir à filosofia, e por preconizar como válida unicamente a admissão de conhecimentos baseados em fatos e dados da experiência. No Brasil, em razão de esta doutrina possuir muitos adeptos, foi criado o Apostolado Positivista do Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro. Com base na aludida doutrina, o filósofo, matemático e presidente do Apostolado Positivista do Brasil Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927), imediatamente após a proclamação da República, apresentou ao governo provisório um projeto de bandeira nacional que contemplava, dentre outras atualizações, o dístico “Ordem e Progresso”, indicando a evolução para um regime político aperfeiçoado e o espírito que deveria animar esse regime (FERREIRA, 1999, P. 1615. WIKIPEDIA, 2007e).

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. Geopolítica do Brasil. São Paulo: Papyrus, 2001. 88 p.
- BACKHEUSER, Everardo. A Geopolítica Geral e do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1952. 266 p.
- BERNAL, Raúl Meza. Sistema mundial y Mercosur: globalización, regionalismo y políticas exteriores comparadas. Buenos Aires: Grupo Editor, 2000. 312 p.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional, Brasília, DF, 2005.
- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. SIPRON. Centro da Emergência. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br>>. Acesso em: 13 jun. 2007.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Programa de Aceleração do Crescimento. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/noticias/conteudo/noticias_2007/070122_pac.htm>. Acesso em: 30 jul. 2007.
- BRASIL. Informativo Guararapes. Disponível em: <<http://www.resenet.com.br/users/ahimtb/guarara27.htm#deleg>>. Acesso em: 10 jun. 2007.
- CABRAL, Severino. Brasil megaestado: nova ordem mundial multipolar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. 227 p.
- CARVALHO, Roberto de Guimarães. Exposição do Comandante da Marinha, por ocasião da XXII Conferência Naval Interamericana. Mar del Plata, 2006.
- CASTRO, Iná Elias de. Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 304 p.
- CASTRO, Therezinha de. Nossa América: geopolítica comparada. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994. 364 p.
- CASTRO, Therezinha de. O Brasil da Amazônia ao Prata. Rio de Janeiro: Editora Colégio Pedro II, 1983. 264 p.
- CASTRO, Therezinha de. Atlas-texto de Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: Capemi Editora, 1981. 58 p.
- COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1992. 375 p.
- CERVO, Amado Luiz. História da Política Exterior do Brasil. Brasília: Editora Universidade

de Brasília, 2002. 526 p.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1997. 650 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 2.128 p.

FRANÇA, Júnia Lessa e Ana Cristina de Vasconcellos. Manual para normalização de publicações técnico-científicas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. 242 p.

FREITAS, Jorge Manuel da Costa. Escola geopolítica brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004. 136 p.

GEIGER, Pedro Pinchas. As formas do espaço brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003. 88 p.

KELLY, Phillip L. Avanços recentes da geopolítica do Brasil. A Defesa Nacional, nº 738, Jul-Ago, 1988.

MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica e modernidade: a geopolítica brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002. 160 p.

PECCEQUILO, Cristina Soreanu. Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 246 p.

PINHEIRO, Leticia de Abreu. Política externa brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004. 84 p.

SANTOS, Milton e Maria Laura Silveira. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 476 p.

SILVA, Golbery do Couto e. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1967. 267 p.

SILVA, Golbery do Couto e. Geopolítica e Poder. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 2003. 634 p.

TOSTA, Octávio. Teorias Geopolíticas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. 103 p.

TRAVASSOS, Mário. Projeção Continental do Brasil. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938. 206 p.

VESENTINI, José Willian. Novas Geopolíticas. São Paulo: Contexto, 2005. 125 p.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro. Rio de Janeiro: Clube Naval, 2002. 137 p.

TEIXEIRA, Francisco Carlos e GONÇALVES, Reinaldo. Integração Regional e Política Externa Brasileira. Rio de Janeiro, 2007. Apostila 17 p.

WIKIPÉDIA, a Enciclopédia Livre. Conseqüências do Tratado de Tordesilhas. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_tordesilhas>. Acesso em: 11 de jun. 2007a.

WIKIPÉDIA, a Enciclopédia Livre. Geopolítica. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Geopol%C3%ADtica>>. Acesso em: 7 jun. 2007b.

WIKIPÉDIA, a Enciclopédia Livre. Halford John Mackinder. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Halford_John_Mackinder>. Acesso em: 11 jun. 2007c.

WIKIPÉDIA, a Enciclopédia Livre. Centro de Documentação do Exército. Artigos e Textos. Disponível em: <<http://www.cdocex.eb.mil.br/hometextocel.htm>> Acesso em: 31 jul. 2007d.

WIKIPÉDIA, a Enciclopédia Livre. Bandeira do Brasil. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_do_Brasil>. Acesso em: 11 jul. 2007e.